



# INTRODUÇÃO

## ANÁLISE DAS ESTRATÉGIAS DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Gustavo Henrique Moraes<sup>I</sup>

Ana Elizabeth M. de Albuquerque<sup>II</sup>

<https://doi.org/10.24109/9786558010456.ceppe.v5.5250>

A partir da aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE), a Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, destinou ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) a responsabilidade de publicar estudos para aferir a evolução no cumprimento das metas estabelecidas no Plano. Da mesma forma, a Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), legou ao Inep as competências de monitorar as condicionalidades e elaborar a metodologia de cálculo dos indicadores que disciplinarão a distribuição dos recursos do Fundo.

Nesse sentido, o Inep vem mobilizando a formação de um amplo conjunto de competências técnico-científicas dos pesquisadores do Instituto, produzindo evidências educacionais e, por meio de suas publicações, disseminando o conhecimento que atua em prol do desenvolvimento da educação brasileira.

<sup>I</sup> Doutor em Educação pela Universidade de Brasília (UnB), mestre em Educação Científica e Tecnológica pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e engenheiro em Eletrônica e Telecomunicações pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Privilegia as abordagens que buscam conciliar as esferas qualitativas e quantitativas da pesquisa, respaldadas por abordagens históricas e estatísticas. Pesquisador do Inep ocupando o cargo de coordenador-geral de Instrumentos e Medidas Educacionais da Diretoria de Estudos Educacionais (Diret) do Inep, sendo responsável pelos estudos de monitoramento do Plano Nacional de Educação (PNE).

<sup>II</sup> Doutora em Educação e mestre em Gestão da Educação pela Universidade de Brasília (UnB). Pesquisadora do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Professora de Educação Profissional e Tecnológica. Atua principalmente nos seguintes campos: políticas públicas e gestão da educação; educação profissional e tecnológica.

A publicação do número 5 dos *Cadernos de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais* consiste em mais uma ação responsiva a essa missão institucional. A presente edição orientou-se com o objetivo de trazer maior compreensão sobre a evolução das metas do PNE, priorizando a análise de suas estratégias. Ao mesmo tempo, enfocou a construção das metodologias de cálculo dos indicadores que darão consequência à implementação do novo Fundeb. Vale lembrar que a garantia das fontes de financiamento, e suas consequentes distribuições, representa uma estratégia essencial para o pleno desenvolvimento dos objetivos previstos no PNE.

É importante considerar que os objetivos sintetizados nas metas do PNE expressam horizontes a serem alcançados pelas políticas educacionais. Na lógica de política pública adotada pelo Plano, o êxito de cada empreitada assumida pelas metas depende da combinação de esforços, da articulação federalista, das políticas, dos programas e das ações detalhadas no conjunto das 254 estratégias.

A análise das estratégias precisa levar em conta o campo temático e de políticas públicas envolvidas pelas metas, o conjunto de responsabilidades e suas distribuições entre os entes federados à luz das obrigações educacionais de cada um. Além disso, precisa buscar compreender se os meios representados pelas estratégias são suficientes para induzir o alcance dos objetivos existentes nas metas, na medida em que as estratégias visam, sobretudo, garantir o atingimento das metas.

Dadas as dimensões englobadas pelas estratégias, seria impossível que uma única publicação fosse capaz de analisar e avaliar sua eficácia para a consecução dos objetivos do PNE atual. De todo modo, os estudos aqui presentes almejam dar alguns passos nessa direção, ao trazerem diagnósticos educacionais desse conjunto dinâmico composto pelas metas e suas estratégias.

Reconhecendo a relevância que as estratégias cumprem no Plano, deve-se considerar igualmente as questões que elas instauram, localizando as lacunas e as problemáticas que os estudos evidenciaram. Assim como se faz necessária uma compreensão contextualizada das metas, por meio de seus indicadores de monitoramento, também é importante compreender os vários desafios que as estratégias acarretam, seus pressupostos, atores, contextos, potencialidades ou limitações para uma melhor efetividade do PNE.

Nessa direção, são sete perspectivas que o Inep apresenta à análise do atual PNE e à operacionalização do novo Fundeb, sintetizadas neste número dos *Cadernos de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais*.

Em “Os caminhos da melhoria da qualidade da educação básica no PNE: uma análise das estratégias da Meta 7”, a pesquisadora Alvana Bof analisa o conjunto de 36 estratégias dessa meta, considerando aspectos relacionados a sua composição e suas características. O estudo reflete sobre a composição da Meta 7, considerando o complexo processo de elaboração do PNE, e examina a execução de algumas estratégias selecionadas relacionadas (i) à aprendizagem (Estratégias 7.1 e 7.2); (ii) à avaliação educacional (Estratégias 7.3, 7.4, 7.7 e 7.8); e (iii) ao apoio técnico e financeiro

realizado pela União por meio dos Planos de Ações Articuladas – PAR (Estratégias 7.5 e 7.6).

No trabalho denominado “O ensino médio noturno e o acesso à educação básica: uma análise a partir do PNE”, Robson dos Santos focaliza a oferta noturna de ensino médio, nos termos da Estratégia 3.11 do PNE, que propõe um redimensionamento da oferta entre os turnos do ensino médio. Utilizando dados do Censo Escolar da Educação Básica, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), o estudo analisa o papel histórico do ensino médio noturno na ampliação do acesso a essa etapa, considera as mudanças recentes da distribuição por turnos e investiga o perfil dos estudantes do ensino médio noturno.

No texto seguinte, “A Educação de Jovens e Adultos integrada à educação profissional, uma análise das estratégias da Meta 10 do Plano Nacional de Educação”, os pesquisadores Ana Elizabeth M. de Albuquerque, Robson dos Santos, Gustavo Henrique Moraes e Susiane de Santana Moreira Oliveira da Silva analisam as estratégias da Meta 10 *vis-à-vis* os programas que buscam responder aos principais desafios estabelecidos pela meta e que correspondem aos seus direcionamentos. Destacam-se as análises do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja), do Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem) e do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), em uma reflexão dedicada aos desafios impostos à universalização da educação básica, à elevação da escolaridade e à profissionalização da população brasileira.

No estudo “As estratégias do Plano Nacional de Educação para a efetivação da gestão democrática: um debate sobre efetividade e participação”, o pesquisador Márcio Alexandre Barbosa Lima apresenta análises que ajudam a compreender, mediante as estratégias da Meta 19 do PNE, o lugar das instituições e processos participativos (IPPs) como indicadores de gestão democrática. O texto identifica avanços na coleta de informações estatísticas e sugere ações com o objetivo de efetivar as estratégias da gestão democrática presentes na meta.

O texto intitulado “Expansão da pós-graduação no Brasil: análise da estrutura das estratégias da Meta 14 do Plano Nacional de Educação (2014-2024)”, de Priscila Pereira Santos, busca aprimorar a compreensão da estrutura lógica das estratégias da Meta 14 do Plano, que se ocupa dos desafios relativos à pós-graduação *stricto sensu* no Brasil. Nesse sentido, perguntas acerca do desenho dessas estratégias no Plano são colocadas com vistas a orientar a análise, abordando questões relacionadas à complementariedade ou sobreposição dessas estratégias, assim como à existência de diagnósticos que suportem essas propostas de ação.

O trabalho seguinte, “Proposta de indicador de nível socioeconômico dos educandos: subsídios para a distribuição de recursos do Fundeb e para a construção de um indicador oficial do Inep”, de Gabriela Thamara de F. Barros e Adolfo Samuel de Oliveira, também dialogando com a questão do financiamento educacional, objetiva

contribuir com a construção de um indicador de nível socioeconômico dos educandos (Inse), que possa orientar a distribuição dos recursos do Fundeb, mas também subsidiar a contextualização dos resultados das avaliações e dos exames da educação básica, o enfoque em determinadas políticas educacionais e a disponibilização de dados socioeconômicos para pesquisas acadêmicas, no âmbito das informações oficiais produzidas pelo Inep.

Por fim, “A educação infantil e sua vinculação à nova complementação da União ao Fundeb: proposta de um Indicador”, de Armando Amorim Simões e Fabiana de Assis Alves, situa a educação infantil no contexto da nova legislação que torna o Fundeb um mecanismo permanente para o financiamento da educação básica. Analisa o aspecto redistributivo da nova parcela de complementação-Vaat da União ao Fundeb e sua vinculação de 50% à educação infantil. Propõe um indicador que atenda às exigências da Emenda Constitucional nº 108 e da Lei nº 14.113/2020.

Assim, o Inep, por meio de sua Diretoria de Estudos Educacionais (Dired), cumpre, com esta publicação, uma de suas mais relevantes atribuições regimentais: produzir e disseminar informações, diagnósticos, estudos e pesquisas para subsidiar a formulação, o monitoramento e a avaliação de políticas e programas em educação. E convida todos à leitura.